

FÓRUM DE POLÍTICAS PÚBLICAS – 2016

Coordenadores:

Dra Regina Célia Bortoleto Amantini
Dra Carmen Barreira Nielsen

Tema: Protocolos de ação auditiva na microcefalia

Coordenação: Regina Célia Bortoleto Amantini (SP) e Carmen Barreira Nielsen (ES);

Convidados: Fabianny Fernandes Simões Strauss (representante do Ministério da Saúde) e Prof^ª Dra Maria Aparecida Miranda P. Machado (FOB-USP)

O fórum de Políticas Públicas foi realizado com o propósito de discutir a Política Nacional da Saúde Auditiva em diferentes níveis de cuidado, com foco no plano de enfrentamento a Microcefalia.

1. Discussões da plenária:

- Triagem auditiva neonatal: representante do Conselho Federal de Fonoaudiologia comunicou uma ação ganha por este Conselho que proíbe a realização da triagem auditiva por enfermeiros. A representante do Ministério da Saúde explicou que a proposta ainda está em discussão com as sociedades da área da Otorrinolaringologia e Fonoaudiologia, pois existe uma preocupação com relação a pouca cobertura, devido ao número restrito de Fonoaudiólogos.
- A convidada da FOB-USP levantou a questão da importância de contratações de Fonoaudiólogos na APS e demais níveis, uma vez que não há valorização deste profissionais para compor equipes e muitas das atividades, desde identificação até estimulação das diversas patologias que estão a cargo desta especialidade. Não há como operacionalizar a estimulação proposta pelo MS, sem este profissional.
- A professora da UFBA comentou que tem atendido recém nascidos com microcefalia e está preocupada com o número de alterações unilaterais, podendo evoluir para perdas auditivas progressivas, tanto na mesma orelha como para bilateral e com tão pouco fonoaudiólogos contratados. Quem realizará o monitoramento, destes casos? A representante do MS explicou a respeito do módulo SIRAM, criado para os profissionais colocarem os dados de cada caso e também falou de mapeamento sobre o NASF - pelo menos fisioterapeuta e fonoaudiólogo, levantamento + capacitação das equipes e a entrega de uma cartilha às mães. A convidada da FOB-USP solicitou que também seja realizado à capacitação nos ACS. A fonoaudióloga da Secretaria de Saúde do Município de São Paulo falou sobre a questão anterior, ou seja, a criação do NASF, que seria a fragilidade da APS e muitas vezes coloca pediatra e ginecologista na APS. Também comentou que o Sistema Siram antes mencionado pela representante do MS, é um sistema apenas para casos confirmados de microcefalia.
- A professora da Universidade de São Caetano falou sobre a notificação e subnotificação. A representante do MS pediu a palavra para falar sobre o orçamento para preencher os vazios de atendimento e relatou que haverá mudança no perfil do NASF.
- Questionamentos à representante do Ministério da Saúde:
 1. A professora da UNESP de Marília questionou o MS sobre a dificuldade de implantar serviço e que a proposta seria criar CER dentro dos já existentes Centro Escola.
 2. A Professora da FM-USP/ RP perguntou o que está sendo realizado com os recém-nascidos confirmado com ZIKA sem microcefalia – iriam para CER ou APS para monitoramento?
 3. O Aluno de fonoaudiologia de Florianópolis comentou que os alunos não estão envolvidos e capacitados com estas questões e seria importante o MS valorizar este RH quando na avaliação dos cursos e dos hospitais escolas.

A representante do MS iniciou as respostas dizendo que tanto o Estado quanto o Município podem pedir o Credenciamento em CER e que a política pública é pensada na linha de cuidado. A segunda resposta foi que o município deve ser responsável pelo paciente exposto. Sobre o Siram disse que não conhece a fundo, mas acha que ele deveria conversar com outros sistemas já implantados do MS. Mencionou que vai ter uma apresentação no nordeste sobre o uso do SIRAM. Sobre a colocação do acadêmico, disse que seria importante mesmo que a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) levasse em consideração os alunos em serviço. O SUS conta, atualmente, com 1.543 serviços de reabilitação em todo o País, atuando em diferentes modalidades e especificamente em serviços de triagem auditiva, Centros Especializados de Reabilitação (CER) com modalidade auditiva, ou aos Serviços de Saúde Auditiva de Alta Complexidade, que deverão se organizar para identificação, caracterização e intervenção da deficiência auditiva incluindo a estimulação auditiva. O direcionamento das diretrizes de estimulação precoce de crianças de zero a 3 anos com atraso no desenvolvimento neuropsicomotor decorrente de Microcefalia, proporciona uma ampla discussão sobre as ações da saúde auditiva, acompanhamento do desenvolvimento auditivo e a estimulação precoce nas redes de atenção a saúde. A atividade contará com a participação de pesquisadores, profissionais da saúde, representantes, gestores das esferas federal.

- A professora da PUC-SP lançou a 1ª proposta – “Que a ABA e demais sociedades resgatassem a importância do fonoaudiólogo na APS e demais níveis, encaminhou a solicitação de contratação. 2ª proposta – incluir o Zika Virus na lista de IRDA para que tenha o mesmo monitoramento dos demais riscos. Assim, entraria a mudança na atualização do COMUSA e Diretriz de Triagem Auditiva dos SUS.

Encaminhamentos:

- A ABA e a SBFA encaminharão um ofício solicitando a inclusão de maior número de fonoaudiólogos na Atenção primária e em outros níveis de atenção a saúde.
- A ABA encaminhará um ofício solicitando a inclusão do Zika vírus na lista de IRDA, para que tenha o mesmo monitoramento dos demais.